

A escuta de refugiados e migrantes: mal-estar e presença do analista

Elaine Cristina Schmitt Ragnini

Maria Carolina de Paiva Schaedler

Amanda Calvetti Corrêa

Ana Sofia dos Santos Lima Guerra

Marina Ferreira Ribeiro

Ushi Arakaki Alves de Oliveira

RESUMO

As migrações internacionais forçadas e o refúgio são fenômenos sociais e políticos que se caracterizam como efeitos de relações de exploração e poder na geopolítica mundial. Elas mobilizam afetos em quem migra e quem recebe os migrantes e localizam um mal-estar na cultura. A proteção internacional, a hospitalidade e a acolhida humanitária são práticas importantes para a produção de um lugar para o migrante no laço social. No entanto, não ocorrem sem impasses. O sofrimento e o mal-estar são expressões que acompanham as migrações e sinalizam a existência de um sujeito. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um processo de pesquisa sobre os aportes teóricos e metodológicos da psicanálise para o atendimento clínico e institucional de migrantes em uma universidade pública brasileira. Reconhece-se a importância da categoria sofrimento sociopolítico para a construção de uma política clínica que acolha esse sofrimento e interroge a prática analítica. Trata-se de valorizar e recolher os efeitos da presença do analista e sua práxis em territórios, experiências e tempos que ficam segregados e à margem de agendas e pautas sociais e políticas, mas também de espaços e instituições que se propõem a pensar e operacionalizar a formação do analista.

Palavras-chave: Mal-estar; Escuta; Psicanálise; Migração Humana; Subjetividade.

ABSTRACT

Listening to refugees and migrants: malaise and presence of analyst

Forced international migrations and refuge are social and political phenomena characterized as effects of exploitation and power relations in global geopolitics. They mobilize affections in both migrants and those who receive them, pinpointing a cultural malaise. International protection, hospitality, and humanitarian reception are crucial practices for establishing a place for the migrant in the social bond. However, they are not devoid of impasses. Suffering and malaise are expressions that accompany migrations, signaling the existence of a subject. This article aims to present the results of a research process on the theoretical and methodological contributions of psychoanalysis to clinical and institutional care for migrants at a Brazilian public university. It recognizes the importance of the category of sociopolitical suffering for constructing a clinical policy that acknowledges this suffering and interrogates analytic practice. It involves valuing and collecting the effects of the analyst's presence and praxis in territories, experiences, and times that remain segregated and on the margins of social and political agendas and issues, as well as in spaces and institutions that propose to conceptualize and operationalize analyst training.

Keywords: Malaise; Listening; Psychoanalysis; Human Migration; Subjectivity.

Sobre os Autores

E. C. S. R.
orcid.org/0000-0002-6086-2388
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
elaine@ufpr.br

M. C. P. V.
orcid.org/0009-0008-5340-7265
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
mariacarolinas-
chaedler@gmail.com

A. C. C.
orcid.org/0000-0003-2130-7071
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
amandacalvetti7@gmail.com

A. S. S. L. G.
orcid.org/0009-0003-9794-5018
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
anasofiaslguerra@gmail.com

M. F. R.
orcid.org/0009-0004-0242-5528
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
marinaribeiro9678@gmail.com

U. A. A. O.
orcid.org/0009-0004-5850-345X
Universidade Federal do Paraná
(UFPR) - Curitiba, PARANÁ (PR)
uarakaki@gmail.com
w

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



A migração humana é o ato de se deslocar no espaço geográfico. Quando implica o atravessamento de fronteiras entre países, caracteriza-se como migração internacional (Cavalcanti & Oliveira, 2018). Trata-se de fato social perpassado por conjunturas econômicas, jurídicas e políticas, configurando relações de poder. Sendo assim, é um fenômeno que é efeito da reprodução social da vida, podendo ser compreendida à luz da Economia Política do Poder (Faria, 2017), teoria forjada para a análise dos efeitos das relações de poder perpetradas na vida coletiva e dos indivíduos que vivem em uma sociedade dominada pelo sistema de capital.

As migrações humanas, a partir do século XX, ocorreram como consequência de guerras e dissoluções de impérios. Isto é, o que vivemos, na atualidade, com relação às migrações internacionais, especialmente as forçadas, é resultado da derrocada de projetos econômicos neoliberais inseridos em projetos políticos democráticos, mas também das guerras que nunca cessaram entre povos ou grupos que querem dominar o território e as riquezas do outro - o inimigo (Muniz, 2022).

A circulação de pessoas além das fronteiras dos Estados ficou historicamente mais “visível, caracterizada e noticiada com os processos das conquistas territoriais por parte da Europa em relação ao novo mundo” (Friedrich, 2022, p. 53) e pela emigração europeia após as grandes guerras.

Para fins desse artigo, utilizaremos a noção migrante/migração forçada, como forma de demarcar: (1) a condição de direito ao deslocamento e a possibilidade de uma nova migração ocorrer; e (2) a condição de não voluntariedade do deslocamento, ou seja, uma migração que ocorre de forma abrupta, sem planejamento, com finalidade de buscar uma vida melhor ou garantir a sobrevivência em função de desastres naturais, guerras ou perseguições (OIM, 2009). Na condição da migração forçada, também se encontram as pessoas refugiadas, que sofrem de temor de perseguição e buscam a proteção de outro Estado para garantir a vida. Para os refugiados, há acordos internacionais específicos que versam sobre sua condição e a necessidade de proteção (Gediel & Godoy, 2016).

O migrante forçado é o produto de uma configuração social, jurídico-política e econômica: um ser que sofre na carne a perda das referências materiais, culturais, simbólicas e afetivas, que se desloca por fronteiras para resguardar a vida (Martins-Borges, 2017). Na travessia de fronteiras, é comum o encontro com as violências, a exploração e o tráfico humano (Friedrich, 2022). Segundo Godoy (2016), “os corpos refugiados são formas de vidas precárias, despossuídas dos elementos mais básicos, despossuídos de sua liberdade, de sua terra, de sua cidadania” (p. 43). Reconhecer o direito à mobilidade humana ou à cidadania, é conferir ao migrante um lugar na cena social que viabilize a reconstrução da vida. Assim como o direito de migrar e se deslocar, deve haver o direito de se estabelecer, de permanecer e de criar raízes,

tendo acesso aos bens sociais que são garantidos aos nacionais. É no sentido da hospitalidade e do direito incondicional à vida que muitas instituições internacionais e países desenvolvem ações para acolher e atender migrantes forçados e refugiados (Gediel & Godoy, 2016).

Ainda que historicamente marcado pelas migrações internacionais, o Brasil apresenta dificuldades em formular e efetivar uma política organizada e integrada em nível nacional para acolher a quem chega, o que nos coloca frente ao impasse da condição potencial de vulnerabilidade desses indivíduos. Segundo Friedrich (2022) “no Brasil, pode-se dizer que nunca houve verdadeiramente uma Política Migratória, já que o conjunto de normas e ações foram sendo estabelecidas aleatoriamente, sempre em função de alguma conjuntura econômico-produtiva ou de fluxos migratórios concretos” (p. 114). Com a chegada de novos fluxos migratórios internacionais ao longo da década passada, especialmente de migrantes vindos do sul global, como Haiti, Síria, Venezuela, Senegal, Bengali e Gana (Cavalcanti & Oliveira, 2018), as instituições e a sociedade brasileira precisaram se preparar para a recepção, o acolhimento e auxílio para a organização da vida destes migrantes.

Considerando esse cenário e a perspectiva da hospitalidade, desenvolve-se na Universidade Federal do Paraná (UFPR), desde 2013, atividades de extensão, ensino e pesquisa voltadas ao atendimento e acolhimento de migrantes forçados e refugiados. Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de um processo de pesquisa sobre os aportes teóricos e metodológicos da psicanálise para o atendimento clínico e institucional a migrantes forçados e refugiados no âmbito de um projeto de extensão universitária, bem como os impasses recolhidos desta experiência.

DO ACOLHIMENTO À CLÍNICA: PERCURSO CLÍNICO-METODOLÓGICO

Em 2013, a UFPR assinou convênio com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), denominado Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), comprometendo-se a desenvolver ações de atendimento e acolhimento a migrantes forçados e refugiados que chegam à cidade de Curitiba-PR e região (Gediel & Friedrich, 2020). Com a proposta de articular pesquisa, extensão e ensino, as ações da Cátedra se organizam em torno da noção de hospitalidade.

A hospitalidade sem limitações vem orientada pela ideia que o humano que chega é diferente do outro que o recebe em sua terra. É estranho, estrangeiro, mas mesmo assim humano, que espera a hospitalidade incondicional e se depara com a hospitalidade condicionada, obturada pelo performativo jurídico do direito humanitário (...) (Gediel et al., 2016, p. 22).

Neste sentido, entende-se que o exercício da hospitalidade exige o acolhimento do migrante, mas também o constante embate com os instrumentos jurídicos e burocráticos que fazem obstáculo a sua permanência e vida

cotidiana no novo país. Aprender a língua, encontrar trabalho, moradia e ser reconhecido como alguém que pertence ao laço social (Ragnini, et al., 2020) são grandes desafios para estes migrantes.

As primeiras demandas recebidas na universidade versavam sobre o ensino da língua portuguesa e a defesa de direitos trabalhistas de migrantes forçados, haja vista as constatações de exploração no mundo do trabalho. Do ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento humanitário, ofertada pelo Curso de Letras da UFPR, apareceram outras necessidades que envolviam os cursos de Direito, Informática, Psicologia, Sociologia, História, Medicina, entre outros. Num primeiro momento, para a Psicologia, foi demandado trabalho com quem atendia os migrantes, especialmente os professores de língua portuguesa e os estudantes de Direito. Somente depois, foi solicitado atendimento clínico aos migrantes.

As ações da Psicologia são desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão e pesquisa MOVE – Movimentos Migratórios e Psicologia, fundado em 2014, registrado no Departamento de Psicologia da UFPR. Na vertente do ensino, o projeto também articula uma disciplina da graduação (Tópicos Especiais em Psicologia, Migração e Refúgio) e um campo de estágio profissional. A clínica com migrantes teve seu início a partir da demanda de professores para atendimento de alunos do Curso de Português como Língua de Acolhimento.

Como uma das ações do MOVE, os atendimentos clínicos aos migrantes forçados e refugiados teve seu início em 2016. Os pacientes eram encaminhados para a Sala 28 pelos professores e participantes de outros projetos da universidade vinculados à Cátedra. A partir do acolhimento, marcava-se uma entrevista com o paciente, que ocorria no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da UFPR. Os primeiros atendimentos foram realizados por estudantes do último ano do Curso de Psicologia que integravam o MOVE, sob supervisão da coordenadora do projeto, numa orientação em psicanálise.

Essa clínica se constituiu por atendimentos individuais, de cerca de 50 minutos, com frequência semanal e ocorrem em uma sala para atendimento clínico do CPA. Nas supervisões identificou-se elementos que demandaram uma reflexão sobre essa clínica, como: o atendimento clínico e psicanalítico em língua estrangeira; o trauma e as violências na clínica com migrantes forçados e refugiados; o corpo migrante na clínica; as diferenças culturais no atendimento; o campo simbólico e o encontro com o migrante; a direção de cura; a política da vida e seus enlaces com o psiquismo. Entre tantas questões e frente à novidade de uma clínica com migrantes forçados e refugiados na cidade, o exercício da formação, da pesquisa, da elaboração e da articulação entre teoria e prática e a comunicação do trabalho para a comunidade foram inevitáveis. A divulgação sobre este

trabalho, que se dava na universidade, mobilizou psicanalistas a se juntarem ao projeto.

Desde 2018 a ação da clínica com migrantes (Ragnini et al., 2023) se constitui dos atendimentos, das supervisões e de um grupo de trabalho chamado Clínica e Migração, que ocorre semanalmente na universidade e que discute essa clínica. Participam do grupo estudantes de graduação e pós-graduação, psicólogos recém-formados e interessados pela psicanálise e psicanalistas com significativa experiência clínica. De 2018 até a presente data foram realizados atendimentos de mais de 50 pacientes, o que nos convoca a refletir e escrever sobre essa clínica.

Para a realização da pesquisa proposta, define-se como metodologia a pesquisa acadêmica em psicanálise (Pinheiro et al., 2019), de acordo com o método de trabalho freudiano. O saber teórico de referência foi construído a partir de revisão conceitual em textos freudianos, lacanianos e de seus comentadores sobre a noção de mal-estar e seus correlatos na clínica. Segundo Pinheiro (2022), “toda questão a ser pesquisada, no campo psicanalítico, necessita retornar a seu texto, entendendo-o como coordenada a partir da qual, então, podemos avançar nas formalizações construídas pelos autores contemporâneos” (p. 20).

Assim, a partir da escrita de casos clínicos atendidos no MOVE, conforme a proposta de Dunker, Ramirez e Assadi (2023), articula-se teoria e metodologia para uma clínica com migrantes forçados e refugiados. Da escrita da clínica, foram se delineando seus impasses. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir da interpretação do material clínico apreendido, em três sessões: O migrante forçado e o refugiado na clínica psicanalítica; A clínica, o mal-estar e o giro decolonial; e Ancoragens e Presença do Analista.

O MIGRANTE FORÇADO E O REFUGIADO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

A partir da escuta dos migrantes, recolhe-se uma pergunta recorrente: como faço para ser alguém e dar lugar ao curso da minha vida nessa terra estrangeira, quase inacessível? Parte-se da escuta, como Freud nos propõe (1912/2010), para cernir o pedido de atendimento e a demanda, mas também para situar o mal-estar (Freud, 1930/1996b) no encontro do migrante com a nova cultura. Frente a um fenômeno de massa, como é o caso das migrações, interessa escutar a história das passagens de vida, acolher o que se endereça ao outro sobre sua história, singularizar cada processo migratório, testemunhar o fato histórico e coletivo que é o atravessamento de fronteiras e seus efeitos no psiquismo, e articular a direção de trabalho para cada caso nessa clínica.

O acolhimento, que ocorre na universidade, mas também no espaço clínico, aos poucos vai fazendo fissuras nas rígidas estruturas burocráticas do Estado e das instituições e no preconceito destacado em cada olhar que o migrante

recebe. Neste encontro, na clínica, viabiliza-se a mensagem: é possível ser alguém na terra do outro. Ser alguém significa que é possível sonhar e projetar um futuro, mas também que há um sujeito que sonha nessa cena.

Nos atendimentos realizados, evidencia-se a carência de recursos materiais e a fragilidade dos instrumentos dos migrantes para organizar a vida no novo país. A pergunta que se descortina à possibilidade da escuta é: como eu faço para ser? Esse pedido localiza algo em torno de uma demanda por reconhecimento e dos tempos do sujeito: para colocar uma questão acerca de quem sou eu ou da divisão subjetiva, é preciso antes encontrar, na fiabilidade da palavra, alguém que reconheça esse migrante como outro de direitos, mas também de desejo. No trabalho clínico realizado, opera-se num espaço entre as urgências da vida e o tempo para que se instale as vias para a emergência do sujeito, do inconsciente, como preconizado pela psicanálise. Temos denominado esse processo de tempos do sujeito na clínica.

Se a motivação para os modos de migração que encontramos com frequência neste projeto decorre da insuficiência de recursos, sejam eles materiais ou simbólicos, no país de origem, o processo migratório aqui testemunhado revela que a chegada ao Brasil não garante o acolhimento e a integração. No encontro com o outro das terras brasileiras, experiencia-se, muitas vezes, uma nova exclusão social, que ocorre pela via da invisibilidade do migrante, do rechaço ou até mesmo a partir de uma suposta assistência. De fato, as exigências de um migrante e o trabalho que isso demanda, a necessidade de generalização das práticas de acolhimento e atendimento e as lacunas nas políticas públicas, podem produzir intervenções tutelares que, mais uma vez, tem como efeito o silenciamento do migrante, impondo desafios para os agentes que trabalham com essa população, especialmente pela possibilidade de retorno de um pedido, já que muitas vezes não se escuta o migrante ou não é possível atender a totalidade de seu pedido. Nesse sentido, a urgência não é apenas por demandas materiais, mas também de escuta, o que acrescenta um desafio a esse trabalho (Rosa, 2016; Seincman, 2019).

O migrante encontra-se submetido a uma lógica desconhecida, que não está articulada para o acolhimento. Dela, o outro do encontro (o brasileiro) parte com uma pressuposição de saber sobre esse migrante, colocando-o numa posição objetificante no campo social. Condições como estas, que privilegiam o desamparo no laço social, podem suscitar questões da relação do sujeito com o desamparo em seu aspecto fundante (Rosa, 2016; Seincman, 2019). Pode-se inferir, a partir do que escutamos e vivenciamos no encontro com o migrante, que esses sujeitos se encontram silenciados e desamparados socialmente, o que marca sua subjetividade por uma certa relação com a política – a de exclusão e não pertencimento ao laço social. Assim, visamos fazer a aposta em uma escuta clínica, a partir

da psicanálise, nesse “dispositivo de intervenção social” (Seincman, 2019, p. 11), já que em rede e entre vários, compreendendo que “a experiência da psicanálise facilita ou opera nos obstáculos para construir essa travessia de tornar-se sujeito desejante à revelia dos discursos alienantes” (Rosa, 2016, p. 12).

A CLÍNICA, O MAL-ESTAR E O GIRO DECOLONIAL

O trabalho da psicanálise valoriza o sofrimento e o sintoma, já que eles revelam algo sobre o mal-estar na cultura. Este mal-estar se refere à relação do sujeito com a civilização, suas regras e a possibilidade de obter satisfação nas relações. Assim, segundo Ragnini (2014),

Se o trabalho psicanalítico implica o social, implica o sujeito se localizar na relação com esse social. Por isso, pode-se dizer que os efeitos da psicanálise podem ser percebidos não somente no sujeito, mas também nesse campo social, já que uma mudança no sujeito requer uma mudança de relação (p. 123).

Nesses termos, infere-se que a incidência do discurso da psicanálise na civilização viabiliza “uma outra forma de o sujeito se relacionar, fazer laços, operar o amor, canalizar o ódio e promover a perpetuação da civilização” (Ragnini, 2014, p. 123).

A direção do trabalho do MOVE e sua atividade clínica partem do pressuposto de que há um mal-estar no encontro do migrante com a nova cultura e de que é importante reconhecer a categoria do sofrimento sociopolítico (Rosa, 2016) e de uma política clínica que o acolha, assim como de sustentar a interrogação quanto à acessibilidade da práxis psicanalítica em territórios, experiências e tempos que, não raro, ficam segregados e silenciados em agendas e pautas sociais e políticas. Neste ponto, partimos de uma compreensão crítica acerca das relações produzidas sob a égide do capital e o discurso hegemônico que as sustentam. Mais recentemente, temos nos debruçado sobre as reflexões acerca da decolonialidade e do giro decolonial.

Aproximando-nos da discussão sobre decolonialidade, partimos do pressuposto de “que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formadas durante vários séculos de colonização europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo (...)” (Jardim, 2018, p. 142). Nesse sentido, Jardim (2018) propõe que, derivadas do colonialismo jurídico-administrativo, há outras formas de dominação, ou seja, colonialidades: uma lógica que codifica as diferenças entre conquistadores e conquistados “através da ideia de raça, e, a partir dela, da articulação e naturalização de todas as formas de dominação do trabalho, recursos e seus produtos em torno do mercado mundial” (p. 143). Isto é, a discussão sobre decolonialidade implica o reconhecimento de que para além do colonialismo jurídico-administrativo, há uma estrutura de dominação, ainda

presente na sociedade, que permeia as “relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas” (Jardim, 2018, p.145). Dessa forma, o campo teórico da decolonialidade visa articular novos conceitos e linguagem que permitam dar “conta da complexidade relativa à heterarquia das dimensões de gênero, classe, sexualidade, conhecimento, espiritualidade que o capitalismo impõe não só sobre as relações econômicas e de trabalho, como também sobre todos os outros âmbitos da vida” (Jardim, 2018, p.147). No diálogo com essas referências, encontramos vias para compreender a experiência do encontro do migrante com o nacional e os relatos de mal-estar que recolhemos da escuta na clínica.

Uma das operatórias decisivas que o discurso analítico permite realizar diz respeito à subversão de estruturas discursivas que equiparam o imaginário social e a ideologia do poder da vez ao discurso do Outro. Rosa (2016), no marco do coletivo Veredas, tem constituído um trabalho de relevância quanto à exigência de incidir sobre e desmontar a operatória de assimilação integral e inequívoca do campo da linguagem ao discurso do poder hegemônico. Considerando que o giro decolonial introduz o estranhamento do que está naturalizado, invisibilizado (Guerra, 2021), temos apostado que se trata de política e estratégia que se afina e potencializa o que a presença do analista, enquanto suporte de transferência e vetor do ato analítico, realiza. O decolonial nos permite reintroduzir e manter a pergunta sobre o que vem a ocupar, em uma estrutura, o lugar de resto e participa como possível estratégia de releitura discursiva, com suas operatórias de reconhecimento de controles externos e internos dos discursos, de modo a explicitar censuras, interditos, preconceitos, lacunas e rarefações, o que torna mais legíveis os modos de constituição do que vem a ser autorizado ou proscrito, legitimado ou segregado. Neste sentido, tem nos parecido fundamental interrogar o que chamamos de psicanálise e, sobretudo, como a praticamos. Assumimos aqui um pressuposto materialista, segundo o qual não existe teoria sem sua recepção a cada momento histórico, recepção que engendra práxis muitas vezes antinômicas ao que abstrata e desencarnadamente se afirma como horizonte.

É preciso reconhecer que uma psicanálise pode vir a operar como arma de colonização de subjetividades e que, em seu nome, se exerça violência. Isso porque sob esse nome – psicanálise, reúnem-se não apenas o exercício contingente e efetivo dos giros e desalienação que o discurso e o ato analítico realizam, mas também o conjunto de práticas e discursos que circulam e constituem seus agentes e atores segundo relações de causalidade recíproca, de modo tal que as condições de produção e manutenção de um campo se reiteram performaticamente (Butler, 2003), através de práticas mais ou menos consensuadas, hegemônicas, pactos narcísicos dos grupos, recalques compartilhados, e

que muitas vezes não são sequer reconhecidos como possíveis objetos de disputa simbólica (Bourdieu, 1989).

Se assumirmos a formulação lacaniana de que o inconsciente é a política (Lacan, 1966-67), não se trata de estarmos comprometidos, enquanto praticantes da psicanálise, com o reconhecimento dos determinantes inconscientes de nossa própria posição? Se estamos implicados na constituição do sujeito em uma cura, como ignorar a colonização própria ao inconsciente que nos atravessa? E se assumirmos a proposição de que o inconsciente é o discurso do Outro, como seria possível concebê-lo de modo abstrato, sem suas encarnações históricas, preconceitos, transmissão material? Aqui, introduz-se a necessária discussão acerca da neutralidade do praticante de psicanálise, já que se compreende que não é possível operar a partir de lugar isento e imune aos atravessamentos que compõem seus diversos pertencimentos de gênero, raça, classe, posição política, etc. Discorreremos mais sobre a questão da neutralidade do analista no próximo tópico.

Desvendar e desmontar a ideologia vigente e hegemônica (Faria, 2017) implica, a cada caso e a cada vez, desvelar seu caráter de generalização, suposta neutralidade e falsa universalidade e pode conferir outra chance ao sujeito, já não tão achatado pelos determinantes e condicionamentos sociais e/ou fantasmáticos que o constituem. Trata-se de um processo de desconstrução que nos parece se afinar com a política da falta-a-ser, proposta por Lacan (1958/1998b), ao desmontar o caráter cristalizado de certos arranjos contingentes que podem assumir, para os praticantes, a égide muitas vezes desconhecida do necessário e do universal. Precisamos estar atentos e recolher os efeitos da escuta no campo social e político – na via de viabilizar a vida digna e a participação de cada sujeito no arranjo social.

ANCORAGENS E PRESENÇA DO ANALISTA

A clínica com a migração e refúgio tem nos ensinado a importância de localizar a temporalidade em questão do sujeito. Temos recolhido a importância de inscrever que não é indiferente o modo de presença e escuta a ser ofertado a depender do tempo lógico que o sujeito tramite. São necessários distintos modos de resposta e semblantes para que a função e a fiabilidade do destinatário se constituam (Davoine & Gaudillière, 2006; Gebrim, 2020). Neste sentido, precisa-se dar lugar a perguntas como: estamos, de entrada, diante do infinito do instante traumático? O sofrimento consegue ser reconhecido por aquele que fala ou não? De que modo? Há pedido articulado? De que modo? A quem? O campo é o dos atos, do que se mostra, do que, à falta de se saber, se realiza em cena? Como está a angústia?

Para que o trabalho se realize, na via da transferência, ao analista cabe sustentar, pelo desejo, sua presença. Assim, “a presença do analista é ela própria uma manifestação do

inconsciente” (Lacan, 1964/2008, p.125). O trabalho de uma análise é feito pelo sujeito, que dá sinais de sua existência pela fala e pelas “sucessivas vezes em que revisita o momento traumático que o funda como sujeito” (Costa & Rinaldi, 2007, p. 290).

Como qualquer experiência que se faça acontecimento, a migratória implica apresentações heterogêneas, que envolvem o caráter de maior ou menor determinação quanto à decisão, a violência enfrentada no processo, as gradações dos processos dessubjetivantes e de destituição que a atravessam, o estado de preservação ou deterioração do laço social, o desamparo material e discursivo envolvido, o tempo lógico e cronológico relativo à ocorrência dessa experiência e, inclusive, sua presença enquanto efetivo assunto, questão, para alguém que a tenha atravessado. Para sofrimentos agudos que dão a ver/ler o instante coagulado e não tramitado do traumático, compartilhamos da direção clínica proposta por Rosa (2016), quanto às bases das intervenções clínicas que reconhecem o lugar e especificidade do sofrimento sociopolítico e seu caráter traumático. Entendemos que se trata de uma direção clínica capaz de:

Restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro; trabalhar na direção de articular o singular do sujeito no laço social; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo (Rosa, 2016, p. 14).

Sustentamos que qualquer trabalho de leitura e elaboração do fantasma e o eventual assentimento quanto à participação do sujeito em uma cena deverá ser posterior a um trabalho prévio com a angústia, que exige a posta em ato de uma presença atenta à ética do cuidado (Figueiredo, 2007). Entendemos que no tempo inicial de alojar uma fala atravessada por um acontecimento traumático é decisivo que não se ocupe uma posição que possa ser lida como a de um Outro consistente ou excessivamente indecível. Estamos, em muitas das situações acompanhadas nessa clínica, diante de desamparo discursivo e subjetivo, dados de entrada, em função de acontecimentos traumáticos ainda não elaborados, a exemplo de solicitações de refúgio por perseguição política.

Ao trauma responde-se, com sorte, com a possibilidade de um trabalho de luto, trabalho que necessariamente implica o outro, os outros. O luto exige algo da inscrição no laço, o que muitas vezes se realiza em rituais. Entre eles, pode-se incluir o ato de falar a um analista capaz de reconhecer e recolher com o falante um registro de perda em acontecimentos até então não inscritos em nenhum lugar, tornando-os história que pode ser contada e com a qual se possa contar: “é justamente essa assunção de sua história pelo sujeito, no que ela é constituída pela fala endereçada ao outro, que serve de fundamento ao novo método a que Freud deu o nome de psicanálise” (Lacan, 1953/1998a, p. 258).

Como deixar de reconhecer nessa oferta e operatória a dimensão da realização do inconsciente se o lemos como

algo de não nascido, de não realizado (Lacan, 1969-70/1992) ou, ainda, o capítulo “...marcado por um branco ou ocupado por uma mentira (...) o capítulo censurado”? (Lacan, 1953/1998a, p. 260). A presença e aposta analíticas criam um lugar, muitas vezes inédito em uma vida, em que se pode alojar um discurso ao longo do tempo e, assim, aprender a ler e a se localizar em lugares com alguma margem de liberdade, sem que se aliene de modo acachapante às redes e malhas do poder (quer responda pelo nome de uma ditadura historicamente situável ou de supereu).

Outro aspecto clínico que tem sido relevante em nossa prática diz respeito ao tempo do sujeito marcado pela transferência negativa. Acontecimento que, a despeito do impossível de generalizar, nos tem parecido relevante no atendimento clínico a migrantes e refugiados. Trata-se do fato de que essas pessoas testemunham de modo acentuado a modalidade da suspeita no que concerne o laço ao Outro. Isso não se faz sem um solo histórico; é importante ressaltar e poder reconhecer e inscrever a materialidade de acontecimentos, sem o que se incide em processos denegatórios que conduzem à atualização do trauma e engendramento de violências ligadas ao abuso de poder.

Muitas pessoas que escutamos enfrentaram situações críticas, a exemplo de terem vivido uma ditadura cívico-militar e o esgarçamento do tecido institucional de seus países. Viram acontecer a aliança do Estado com milícias e narcotráfico. Estiveram em manifestações de política estudantil, foram oprimidas e tiveram suas demandas violentamente sufocadas. Relatam torturas e mortes de pessoas próximas, o iminente risco à própria vida, a traição de amigos e familiares cooptados por um regime político que as perseguiu. A falta de um horizonte que permitisse a expressão e a circulação da palavra. A dificuldade para comer. A falta do básico. Estiveram em guerras. Ou em desastre natural que arrasou seu país. Tomaram a decisão de deixar seu país de origem em função da impossibilidade de encontrar um lugar digno ou apenas vivível. Atravessaram o risco, potencialmente mortal, das fronteiras que transgridem os limites da lei em vigência (mesmo e sobretudo em sua face obscena e canalha).

Ao estarem aqui, a experiência como estrangeiros em outro país renova o mal lugar na relação com o Outro por meio de experiências reiteradas de xenofobia, constrangimento, vulnerabilidade econômica, social e política. Deixaram um lugar que julgaram impossível permanecer e chegam a outro no qual, muitas vezes, parece impossível pertencer. Descobrem o retorno de uma mensagem difícil de receber: diferente, traço que se traduz de modo usual como déficit ou excesso a combater, a segregar. E a insistência, também exaustão, de ter que construir um lugar depois de se ter estado ou estar na intempérie, depois de já ter conhecido a precariedade que o verniz civilizatório pretende apagar, mas

que reaparece em momentos de fracasso do pacto social e da palavra.

O fato é que não é nada automático ou espontâneo que se possa apostar em um tratamento analítico, de fala e escuta, sobretudo para aqueles que atravessaram experiências como essas, que migrantes forçados e refugiados testemunham. Como se pode falar com a menor censura e maior liberdade e abertura possíveis se a desconfiança é uma nota que atravessa as relações de modo geral? Como posso falar se não suponho um interlocutor confiável? O que constitui a confiança? “Quando são destruídas as garantias da palavra, como então construir um outro a quem falar?” (Davoine & Gaudillière, 2006, p. 62, tradução nossa).

Em nossa experiência, a ruptura com o país de origem tem nos parecido atualizar a falta de perspectiva no laço já vivida no contexto familiar e profissional. Isto é, algo do encontro da micro com a macropolítica, da história com a História (Davoine & Gaudillière, 2006; Rosa, 2016). Pessoas que tendem a já ter experimentado o fato de estar à margem, excluído e segregado, processos que inscrevem uma radical impossibilidade de coexistir, no limite do rechaço. Vidas com a nota da desconfiança e que a experimentam soar atual, a cada episódio de xenofobia, falta de lugar e oportunidades no país no qual chegam.

Nas relações intersubjetivas, pessoas que cruzam o caminho, como professores e colegas, acabam sendo, em maior ou menor intensidade, tocados pela experiência desses migrantes. Um efeito clínico importante que temos recolhido em nossa prática diz respeito a um outro destino à modalidade da suspeita. Tratar a questão da confiança, a aposta na palavra e no laço, tem levado, segundo testemunho daqueles que escutamos, a uma possibilidade de iniciar ou refundar relações de um modo mais liberado, o registro de novas experiências sensíveis e afetos até então desconhecidos, a maior abertura a apostar na troca com os outros. Isso incide também em processos intelectivos, na desinibição da possibilidade de estudar e participar de aulas e situações públicas.

Neste contexto, o trabalho com a dimensão da confiança é decisivo. Tem-nos parecido da maior relevância a operatória de alojar, o que pode implicar inclusive certa vacilação do semblante de neutralidade (o que não é o mesmo que prescindir da abstinência exigível da posição do analista). Alojar no sentido de mobilizar certa calidez, ou mesmo ternura – na perspectiva do que pode acolher, sem cair no assistencialismo, pode ser necessário para que o sujeito venha a ter lugar no decurso do tempo ou, ainda, que se habilite o lugar e função do companheiro. Que tenha, de algum modo, condições de reconhecer a dimensão do buraco de que se trata e que transmita a perspectiva de um outro horizonte, menos estreito e angustiado. Sobre esse lugar, semblante e função do companheiro, que não exclui a

dimensão do agonístico, tem-nos sido relevantes as elaborações de Davoine e Gaudillière (2006):

Nesta situação de desesperança, quando se destrói a ‘confiança’, há que recorrer a uma ‘trégua’ para garantir novamente a ‘verdade’. Se torna possível um novo jogo de linguagem sempre que haja um outro que se mostre capaz de entrar no jogo. Não qualquer outro e não qualquer jogo. Na maioria das vezes, esse outro atravessou um campo de experiência paralelo: é o companheiro (p. 146).

Outro ponto que nos toca é: como construir esse lugar de fala e escuta aos sujeitos migrantes que, muitas vezes, encontram-se em pontos comuns na cidade, muitas vezes naquilo que Broide e Broide (2020) nomearam de situações sociais críticas? Para pensar o manejo clínico em situações como essas, os referidos autores apostam no termo ancoragens, cuja escuta se atém àquilo que vincula o sujeito à vida, àquilo que o ancora. A escuta a partir das ancoragens é “a escuta que nos permite mapear estes fios que se embrenham pelo território físico e psíquico” (Broide & Broide, 2020, p.30). Pisar, percorrer, deslizar por esses territórios desconhecidos, por vezes estranhos, demanda uma fineza particular, cujos caminhos e passagens vão se tornando possíveis a partir de um cuidadoso trabalho transferencial. É preciso interromper o circuito de violência. Para isso, é fundamental apoiar-se em uma ética, e, nesse sentido, também em uma neutralidade. Mas, frente a esses termos, de que neutralidade se fala, tendo em vista a radicalidade e a violência das experiências vividas por esses sujeitos migrantes? Como se manter neutro diante daquilo que testemunhamos?

A neutralidade que aqui se fala precisa ser radicalmente diferenciada daquela tratada por um dos precursores da luta contra a segregação racial (o Apartheid) na África do Sul, e ganhador do Prêmio Nobel, Desmond Tutu. Para ele, “se você escolhe ficar neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor”. Devemos, de fato, nos valer do rigor da referência de Tutu, que nos aponta que se manter neutro em situações de injustiça é fazer uma escolha orientada com o opressor. É preciso que estejamos advertidos desses modos de segregação que se repetem como sintoma social e que, para nosso próprio espanto, podem se encontrar presentificados em nosso ofício. Nesta direção, pensar a neutralidade na clínica com migrantes é, de certo modo, retomar a radicalidade do conceito de neutralidade para a psicanálise. De que neutralidade falamos, afinal? Alinhada à dimensão da contratransferência, a neutralidade aqui permite que, enquanto psicanalistas, estejamos advertidos de que só há um sujeito em questão numa análise, e que as perspectivas que podem contribuir para a resistência de tratamento, como as de cunho moral, devem ser levadas em conta. Freud (1914/1996a) dirá que “[...] não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência”

(Freud, 1914/1996a, p. 182). Separando-se da perspectiva sugestiva, aposta de outros campos de conhecimento, a neutralidade, aqui, permite que renunciemos à suposição de que há um saber prévio sobre o sujeito.

A neutralidade na clínica, todavia, à guisa de sustentar uma suposta necessidade de se orientar estritamente à dimensão psíquica do sujeito, foi formulada por alguns como uma espécie de assepsia necessária à prática clínica. De fato, Freud (1914/1996a), ao tratar do conceito de neutralidade, associa o labor do psicanalista ao de um cirurgião, que, segundo ele, ao deixar de lado seus afetos pessoais, poderá favorecer o paciente. Uma das leituras dessa neutralidade freudiana foi a atribuição de uma espécie de isolamento da clínica frente à cidade, ao laço social, à cultura, onde, sob o véu de um cientificismo, pode agora também ser lida como um "não querer saber nada disso", pois, ao excluir a dimensão política do sujeito, parece excluir o próprio sujeito, da análise e da cidade.

Ora, que posição é essa, a do analista, então? De que neutralidade falamos, quando numa escuta sustentada pela psicanálise? Brousse (2003) assinala a orientação lacaniana de que a neutralidade não quer dizer não estar atento à subjetividade de nossa época, e que é preciso saber orientar-se nela. Brousse (2003), ao falar sobre o complicado lugar dessa neutralidade, diz que o analista não é neutro como se entende a Suíça como um país neutro. Ora, em terreno de migração e mal-estar, não é possível não saber que a neutralidade suíça simplesmente não existe. E talvez isso torne nossa orientação um pouco mais clara. Pois, conforme expõe Brousse (2003), nossa neutralidade, enquanto psicanalistas, trata de um compromisso ético para com o sujeito, que fala de um manejo que visa elucidar os modos de relação entre o sujeito, o significante-mestre e seus imperativos de gozo. Um manejo, portanto, que "dá ao analista o dever de política: devolver ao sujeito a escolha, a escolha de decidir, ou melhor, a escolha decidida dessa relação com o significante-mestre" (Brousse, 2003, p.35).

O fato é que o encontro com o significante-mestre demanda uma cadência com um tempo próprio ao sujeito. Os modos de gozo e os sintomas sustentam alicerces e, em situações de extrema vulnerabilidade, um caminho rumo às ancoragens pode ser um primeiro passo, não colonizador, que busque não a conquista de territórios já ocupados, mas um encontro transferencial com um espaço vazio para que o desejo possa emergir. Um lugar que se faça numa temporalidade sempre inédita, de modo a alternar presença e ausência. Que apresente uma fresta, que permita perspectivar uma chance.

APONTAMENTOS FINAIS

Ofertar a escuta convoca à fala endereçada e então à possibilidade de contar, narrar, testemunhar e reconstituir as histórias, também marcadas pela migração ou pela diferença

que se localiza na presença de um corpo (cor da pele, fenótipo, sotaque) e seus efeitos na vida concreta e subjetiva. Do trabalho que fundamos na clínica e da clínica para os espaços institucionais e a cidade, recolhemos relatos como o de Myria Tomiak:

Fui para o meu quarto e tentei fazer as malas e encaixar todas as minhas coisas e minha vida nelas, mas não cabia tudo, claro. Eu tinha uma lembrança, uma madrepérola pequena e frágil, que queria tanto levar comigo, mas parei e percebi que não tinha como levar, porque quebraria e eu a perderia. Esta madrepérola para mim tinha muito valor emotivo e me ensinou uma grande lição na vida, que às vezes você tem que se despedir e desapegar de coisas muito significativas para você, para poder abrir espaço para novas oportunidades e o futuro por vir. (...) Ainda lembro a sensação de quando o avião no Líbano começou a decolar. Senti medo, incerteza de tudo por vir. Foi uma dor, era como se o meu coração estivesse se separando do meu corpo e ficando lá na minha terra, enquanto o meu corpo seguia em frente. Mas a vontade de viver em paz e de um futuro melhor me dava força e coragem de enfrentar tudo aquilo (Cursino & Ruano, 2021, p. 122).

A narrativa da história viabiliza que a memória tenha lugar, que a história possa ser contada e com ela se faça o registro de um modo de laço e gozo que tende à destruição, algo a ser combatido ou melhor destinado. Testemunhar essa narrativa implica um compromisso do analista com o sujeito, mas também com a aposta numa forma de laço que viabilize a vida. Aquele que se movimenta desloca-se entre os intervalos do Outro. Nesta economia de gozos, um corpo pode ser levado a visitar seu estrangeiro (exterior/interior/extimidade), sendo a migração um significante que pode tomar esse lugar. Uma migração desarticulada de uma história subjetiva não nos diz muita coisa. Mas uma migração posta num discurso pode dizer muito, mesmo quando faltam as palavras, sobretudo quando um excesso pode aparecer na língua materna, quando o deslocamento toca um corpo que se apresenta enigmático, quando na roda da repetição o sujeito passa por mais uma curva, ou volta, que dessa vez se veste da migração.

Como resultado dessa pesquisa acerca dos aportes teóricos e metodológicos para o atendimento clínico psicanalítico de migrantes forçados e refugiados, indicamos que: é preciso compreender a conjuntura histórica, social, jurídica e política na qual os migrantes são forjados e da qual se afetam, não sem considerar que o sujeito do inconsciente é efeito de um trabalho de escuta em transferência, e a direção clínica ocorre no sentido de articular o singular deste sujeito no laço social; a clínica com migrantes forçados e refugiados evoca a noção de mal-estar, o que localiza o encontro do sujeito com a cultura e demanda a consideração acerca do sofrimento sociopolítico e de uma clínica que acolha, na via da ética do cuidado; ainda, que o mal-estar deve ser lido à luz de uma crítica aos discursos hegemônicos e totalitaristas produzidos; o manejo clínico em situação de

desamparo sociopolítico deve considerar a noção de ancoragem, a partir de uma escuta atenta àquilo que vincula o sujeito à vida; e, por fim, que a clínica psicanalítica não se faz sem a presença do analista – suporte da transferência e vetor do ato analítico. Em síntese, a escuta de migrantes nos convoca a todo tempo o olhar para a cultura e a escuta de seus enlaces e desenlaces com o sujeito e a vida.

A clínica com migrantes nos convoca à escuta, que nos leva a questionar os aportes teóricos e metodológicos da psicanálise. Leva-nos a questionar sobre a relação da nossa prática com a questão de que lugar o migrante ocupa no mundo – apesar dos atravessamentos de cada história. Supõe-se que o migrante reveste um sujeito que encontra maneiras de fazer-se nas brechas, mesmo diante da aridez que por vezes encontra em sua chegada à nova terra. Como efeitos de escuta e operação clínica, espera-se que o sujeito possa se inserir num laço ao outro e se interrogar sobre o que lhe é mais próprio e sobre sua condição de sujeito. No ponto em que se cruzam as histórias de migração com a segregação, precisamos ofertar a escuta. Trata-se de compromisso ético e político, em que a presença do analista pode marcar uma diferença. Estamos advertidos de que a encruzilhada quanto ao mal-estar e o giro decolonial se coloca para a comunidade analítica, na qual nos incluímos, e não pode excluir as contradições, obstáculos, impasses e tensões que vivemos em relação aos nossos próprios modos de subjetivação, à práxis psicanalítica, seus dispositivos e modos de transmissão.

Como contribuições do estudo realizado, indicamos a importância do registro dessa experiência clínica para fazer avançar a psicanálise, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas que se encontram à margem do laço social e passíveis de exclusão e violências. Entende-se que a pesquisa realizada se soma a outras que buscam uma reflexão sobre a originalidade de uma psicanálise desenvolvida no contexto social e político brasileiro. Ainda que tenhamos avanços no campo da pesquisa e da prática da psicanálise, a partir da formalização dessa experiência, alguns questionamentos e sistematizações carecem de um tempo de trabalho e maturação para serem articulados e apresentados à comunidade científica.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos/as os autores/as participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

E.C.S.R., A.C.C., A.S.S.L.G., M.C.P.S., U.A.A.O. e M.F.R. contribuíram igualmente para a conceitualização, investigação, redação e visualização do artigo; sendo A.C.C. responsável pela edição final do artigo; M.C.P.S responsável pela leitura e comentários finais; e E.C.S.R. pela leitura e revisão final do artigo.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra pelo incentivo à produção da pesquisa em rede em território nacional e pela articulação entre diferentes modos de produção de pesquisa em psicanálise e de perspectivas sobre a formação do analista e seu lugar na pólis.

Agradecemos também a equipe de pesquisadores, técnicos e bolsistas que contribuíram para a realização dos encontros (remotos e presenciais!) e a organização dos materiais necessários para a produção da pesquisa coletiva e específica de cada grupo do Redes de Redes. Em especial, agradecemos a Victor Félix, bolsista CNPq.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As autoras declaram não ter quaisquer conflitos de interesse relativos ao conteúdo deste manuscrito.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito fez parte do projeto Leituras e Intervenções Psicanalíticas sobre o Mal Estar Colonial, financiado pelo CNPq e coordenado pela profa. Dra. Andréa Maris Campos Guerra. É alocado no diretório do CNPq através do grupo de pesquisa Psilacs – Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo da Universidade Federal de Minas Gerais (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021)

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Broide, J. & Broide, E. (2020). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. Editora Escuta.
- Brousse, M. H. (2003). *O inconsciente é a política*. Editora da Escola Brasileira de Psicanálise.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira.
- Cavalcanti, L. & Oliveira, M. (2018). O tema das migrações internacionais na Sociologia no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 06(12), 88-113. <https://doi.org/10.20336/rbs.235>
- Costa, A. & Rinaldi, D. (2007). O real na experiência de análise: interpelação e presença do analista. *Psicologia em Revista*, 13(2), 281-292. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Cursino, C. A. & Ruano, B. P. (2021). *Narrativas: exílios e encontros*. Ed. dos Autores.

- Davoine, F. & Gaudillière, J-M. (2006). *Histoire et trauma: la folie des guerres*. [História e trauma: a loucura das guerras]. Stock.
- Dunker, C., Ramirez, H. A. & Assadi, T. C. (2023). *A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formação discursiva*. Zagadoni.
- Faria, J. H. (2017). *Poder, controle e gestão*. Juruá Editora.
- Figueiredo, L.C. (2007) A metapsicologia do cuidado. *Psyche*, 11(21), 13-30. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200002
- Freud, S. (1996a). O Caso Schreber, Artigos Sobre Técnica e Outros Trabalhos (1911-1913) In. *Obras completas* (Vol. 12). Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996b) O mal-estar na civilização. In *Obras completas* (Vol. 21, pp. 65-148). Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1930). (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In *Obras Completas* (Vol. 10, pp. 147-162). Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1912).
- Friedrich, T.S. (2022). *Direito Internacional: o direito de todas as gentes*. RTM Educacional.
- Gebrim, A. C. C. (2020). *Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes*. Juruá. Gediel, J. A. P. & Godoy, G. G. (2016). *Refúgio e Hospitalidade*. Kairós Edições.
- Gediel, J. A. P., Casagrande, M. M. & Kramer, J. C. (2016). Universidade e hospitalidade uma introdução ou mais um esforço! In J. A. P. Gediel & G. G. Godoy (Orgs.). *Refúgio e Hospitalidade* (pp. 21-38). Kairós Edições.
- Gediel, J.A.P. & Friedrich, T.S. (2020). *Movimentos, Memórias e Refúgios*. Inverso.
- Godoy, G. G. (2016). Refúgio, Hospitalidade e os Sujeitos do Encontro. In J. A. P. Gediel & G. G. Godoy (Orgs.). *Refúgio e Hospitalidade* (pp. 39-66). Kairós Edições.
- Guerra, A.M.C. (2021). A psicanálise em elipse decolonial. In: A. M. C. Guerra & R. G. Lima. *A psicanálise em elipse decolonial* (ed. A partir da 3ª, pp. 253-278) N-1 edições.
- Jardim, R. M. M. (2018). *Educação intercultural e o projeto encontro de saberes: do giro decolonial ao efetivo giro epistêmico* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília] http://repositorio.unb.br/jspui/bitstream/10482/34318/1/2018_RaoniMachadoMoraesJardim.pdf
- Lacan, J. (1966-67). *Seminaire XIV. Logique du fantasme*. [Seminário XIV. A lógica do fantasma]. <http://staferla.free.fr/S14/S14.htm>
- Lacan, J. (1992). *Seminário Livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-70).
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 238-324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 591-652). Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (2008). *Seminário: Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viiv_Identificacao/lei%2013.445-2017&OpenDocument
- Martins-Borges, L. (2017). Migrações Involuntárias e Impactos Psíquicos: a mediação da cultura. In: R. Peres, F. Hashimoto & M. Casadore. *Sujeito Contemporâneo, Saúde e Trabalho: múltiplos olhares* (pp. 169-186). EDUFSCAR.
- Muniz, J. R. (2022). A rede organizacional dedicada às migrações forçadas no Brasil: uma análise a partir da governança multinível. *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 30(65), 219-236. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006514>
- OIM. (2009). *Glossário sobre migração*. Organização Internacional para as migrações, Genebra. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>
- Pinheiro, N. N. B., Lustoza, R. Z. & Pinheiro, D. P. N. (2019). Pesquisa em Psicanálise na universidade: seguindo o método freudiano. *Analytica*, 8 (15), 1-11. URL.
- Pinheiro, N. N. B. (2022). Pesquisa em Psicanálise na universidade: uma proposição metodológica. In N. N. B. Pinheiro, R. S. Peres & N. C. Cordeiro. (Orgs.). *Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: Reflexões teóricas e ilustrações práticas*. (pp.13-28). Pedro & João Editores.
- Ragnini, E.C.S (2014). *Saúde mental no trabalho – sujeito, sintoma e clínica: por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35392>
- Ragnini, E. C. S., Serathuk C. G. & Guerra, A. S. S. L. (2020). A Clínica Psicanalítica com Refugiados e Migrantes. In J. A. P. Gediel & T. S. Friedrich. (Orgs.). *Movimentos, memórias e refúgio: Ensaios sobre as boas práticas da Cátedra Sergio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná* (pp.122-129). Inverso.
- Ragnini, E. C. S. & Ruano, B. P. (2022). O acolhimento em tempos de retrocesso: a ética do encontro no atendimento a migrantes e refugiados. In L. Ramina. (Org.). *Lawfare: guerra jurídica e retrocesso democrático*. (1ª ed., pp. 619-633). Íthala.



Ragnini, E. C. S., Corrêa, A. C., Oliveira, A. S., Karpem, C. C. & Silva, G. P. (2023). *MOVE – Movimentos Migratórios e Psicologia*. N-1 Edições.

Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta/FAPESP.

Seincman, P. M. (2019). *Rede transferencial e a clínica migrante: psicanálise em urgência social*. Editora Escuta.

Data de submissão: 15/09/2023

Primeira decisão editorial: 20/05/2024

Aceite: 22/07/2024